



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº, DE 2017. (Sr. Valtenir Pereira)

Requer Inclusão de entidades em requerimento de audiência pública já aprovado.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência que, nos termos regimentais e ouvido o Plenário, sejam também convidados para participar dos eventos abaixo nominados autoridades, representantes sindicais de associações e servidores, cuja audiência pública e o seminário foram aprovados na última reunião deliberativa da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6.437, de 2016, conforme segue:

- I) Audiência Pública, prevista para ocorrer no dia 21 de março de 2017, acrescentando os seguintes representantes: CONASCS e Ministério da Saúde – SVS, DAB e DERGETS.
- II) Seminário, previsto para ocorrer no dia 06 de abril de 2017, no Auditório Nereu Ramos, acrescentando os seguintes representantes: CONASCS e Ministério da Saúde – SVS, DAB e DERGETS.

JUSTIFICAÇÃO

A regulamentação das atividades dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias por definição da Emenda Constitucional 51, de 14 de fevereiro de 2006, será por meio de Lei Federal, conforme aconteceu com a edição da Medida Provisória 297/06, convertida na Lei Federal 11.350 de 5 de outubro de 2006.

Por ser oriunda de uma Medida Provisória, a Lei que regulamentou a atividade dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, não proporcionou nenhuma discussão mais ampla sobre as suas atividades, ocasionando lacunas normativas que após 10 anos de sua vigência



CÂMARA DOS DEPUTADOS

podem ser capazes de prejudicar todo o trabalho bem-sucedido de mais de duas décadas, que vem transformando a Saúde Preventiva no carro chefe da maioria dos municípios brasileiros.

Assim, entre as graves lacunas que identificamos na Lei Federal 11.350 de 05 de outubro de 2006, a forma genérica e quase omissa como são identificadas as atividades desses profissionais, especialmente o Agente de Combate às Endemias, que muitas das vezes, são lembrados na grande mídia e até por muitas autoridades como apenas os "mata mosquitos", sabendo que, as suas atribuições vão muito além do combate ao mosquito "Aedes aegypti".

Tais considerações, foram debatidas pelos próprios trabalhadores no 5º Fórum Nacional da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias, realizado em setembro do ano de 2014, sendo estendidas as suas discussões para 2 Grupos de Trabalho, com os temas "reformulação do perfil do ACS na Atenção Básica", e a "reformulação das atribuições do ACE".

Nessa direção, vem ao encontro desse movimento da categoria dos ACS e ACE a edição das Portarias do Ministério da Saúde nº 958 e 959, em 2016, que traziam de forma clara a possibilidade de mudança do modelo de assistência em saúde, sugerindo a substituição do atual modelo de composição da Equipe Saúde da Família, por outro, onde não existira mais o trabalho do agente comunitário de saúde.

Na ocasião, atendendo ao apelo da categoria e constatando o apoio incontestado dos parlamentares, o Ministério da Saúde, revogou referidas portarias, deixando claro o seu interesse em rediscutir o tema de forma mais participativa.

Visando dar mais luzes e propor mais efetividade a esse debate, o presente projeto de lei, trás a proposta de redefinição das atribuições desses profissionais, as definindo em atividades privativas, supervisionadas, compartilhadas e integradas, utilizando como referencial a política nacional de educação em saúde, bem como, definindo o ensino médio como condição para o exercício da atividade desses profissionais e ainda, a exigência de 200h de curso de aperfeiçoamento a cada período de 24 meses de atuação, possibilitando aos agentes a capacitação às novas atribuições.

A redefinição das atribuições desses profissionais e o investimento em sua capacitação serão fundamentais para a retomada do crescimento da saúde



CÂMARA DOS DEPUTADOS

preventiva como principal modelo de assistência em saúde do SUS e representará em um curto espaço de tempo, uma grande economia de custos hoje direcionados às redes secundárias e terciárias da saúde pública brasileira.

Por fim, respaldado no apoio da categoria que vem nos subsidiando com sugestões para reforçar a prevenção de doenças e promoção de saúde, nos colocamos na posição de que as atividades dos profissionais ACS e ACE, nos moldes ora propostos, é indispensável ao SUS, sendo fundamental o respaldo da atividade desses profissionais com toda segurança jurídica da própria da Lei.

Sala da Comissão, em 14 de março de 2017.

Deputado Valtenir Pereira